

TA-185/95

Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 14/72, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná - **SANEPAR** e o Município de **IPORÃ-PR**, conforme adiante se declara:

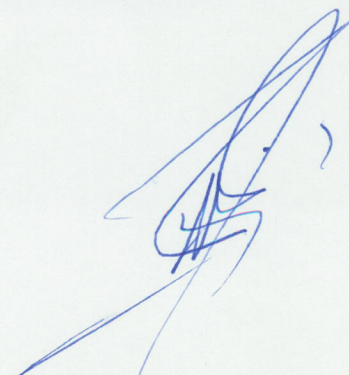
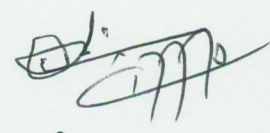
Nesta data comparecem, de um lado o município de **IPORÃ**, representado por seu Prefeito Municipal, **SALVADOR CAETANO SILVA**, e, do outro a Companhia de Saneamento do Paraná - **SANEPAR**, sociedade de economia mista estadual, inscrita no CGC/MF sob nº 76.484.013/0001-45, com sede à Rua Engenheiros Rebouças, 1376, nesta Capital, neste ato representada por seus representantes legais ao final assinados, para firmar **TERMO ADITIVO** ao Contrato de Concessão nº 14/72 de 19.09.72, nos termos da proposta apresentada pela Diretoria Técnica, nas condições expressas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Este aditamento objetiva estabelecer as condições para a implantação do sistema de esgotos sanitários em **IPORÃ**, através do Programa de Ação Social em Saneamento-PROSEGE, do Ministério do Planejamento e Orçamento, cancelar o Termo Aditivo TA-413/94 DE 20.07.94 e definir a conseqüente prorrogação de prazo do contrato por igual período a partir de seu término, para fazer frente aos investimentos ora aditados.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - As obras consistirão basicamente de: 20.352 m de rede coletora; 866 ligações prediais; 2.439 m de emissários e estação de tratamento, conforme respectivos projetos e orçamentos da **SANEPAR** revisado, memorial descritivo e orçamento, que fará parte integrante deste Termo.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O Município gestionará por sua inteira responsabilidade junto a Secretaria de Política Urbana, do Ministério do Planejamento e Orçamento, visando obtenção de recursos para execução das obras mencionadas na cláusula segunda.

**CLÁUSULA QUARTA** - Os investimentos a ser realizados estão estimados em R\$ 807.099,07 (oitocentos e sete mil, noventa e nove reais e sete centavos), conforme informação prestada em ofício de 21.03.95 da Prefeitura Municipal e confirmado pela Gerência de Obras da **SANEPAR**.

1


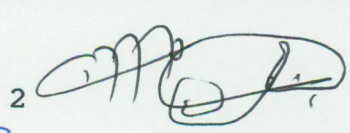





**CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA SANEPAR** - Cabe à SANEPAR para a consecução do objeto proposto: a) analisar os projetos técnicos, e prestar toda a orientação técnica necessária para o bom andamento das obras; b) participar do empreendimento, a título de contrapartida, até o limite de R\$ 274.304,09 (duzentos e setenta e quatro mil, trezentos e quatro reais e nove centavos), correspondendo a 33,99% do valor total, sendo R\$ 151.307,00 (cento e cinquenta e um mil e trezentos e sete reais) equivalente a 18,75% correspondente ao valor pago no fornecimento de material e R\$ 122.997,09 (cento e vinte e dois mil, novecentos e noventa e sete reais e nove centavos), equivalente a 15,24% correspondendo a participação financeira ser liberada em parcelas mensais; c) as parcelas de contrapartida serão pagas após o décimo dia da apresentação das medições mensais da SANEPAR; d) a participação financeira de R\$ 122.997,09 (cento e vinte e dois mil, novecentos e noventa e sete reais e nove centavos), será corrigida em parcelas idêntica à correção determinada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento para os contratos do PROSEGE; e) ter participação independente na fiscalização das obras, com livre acesso as mesmas e poderes para exigir o cumprimento do projeto e especificações exigidas; f) realizar mensalmente os serviços de medições das obras executadas, ao custo de 4% (quatro por cento) do valor da fatura, emitindo a correspondente Nota de Débito contra o Município.

**CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO** - Cabe ao Município para a consecução do objeto proposto: a) fornecer e submeter à aprovação da SANEPAR os projetos técnicos correspondentes; b) executar as obras mencionadas na cláusula segunda, de conformidade com as orientações técnicas fornecidas pela SANEPAR; c) cumprir com as especificações de serviços da SANEPAR; d) desapropriar os terrenos necessários à execução das obras; e) assumir total responsabilidade pela execução total da obra, na parte referente a contratos com empreiteiras, seguros, tributos e outros ônus inerentes à sua execução ou decorrentes de qualquer dissídio trabalhista que envolva empregados do executante, se houver; f) aplicar somente materiais hidráulicos de conformidade com as normas NBR 5645 (tubos cerâmicos) e NBR 8890 (materiais de concreto) e previamente inspecionados pelo TECPAR; g) após a conclusão das obras, doar os sistemas construídos para a SANEPAR, através de termo de doação, sem quaisquer ônus para a exploração dos serviços pela SANEPAR; h) aplicar no sistema de esgotos sanitários R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), oriundos do Orçamento Geral da União, em obras a serem definidas de comum acordo com a SANEPAR; i) efetuar o reembolso do valor atualizado despendido com as obras e mencionado na cláusula quarta em caso de reversão, encampação dos serviços ou rescisão do contrato de concessão; j) responder pela solidez da obra nos termos do art. 1245 do Código Civil Brasileiro; k) garantir a implantação de todas as ligações factíveis conforme estabelecido no Código Sanitário; l) obrigar os munícipes a executar as ligações de esgoto, exercendo o Poder de Polícia Sanitária inerente ao Município.

2





**Parágrafo único:** em caso de inadimplemento da obrigação prevista no item "L" da presente cláusula, o Município obriga-se a indenizar a **SANEPAR** proporcionalmente ao número de ligações não realizadas e ao valor do investimento atualizado.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Fica incluído dentre os direitos da **CONCESSIONÁRIA**, o de faturar contra os usuários os valores relativos aos serviços de ligações prediais de esgotos a serem executadas, sendo-lhe vedado repassar tais ônus à conta da **CONCEDENTE**.

**CLÁUSULA OITAVA:** - A Fiscalização e as medições deverão ser acompanhadas por um técnico da Prefeitura Municipal de Iporã, previamente designado, juntamente com o(s) engenheiro(s) da **SANEPAR**.

**CLÁUSULA NONA** - O inadimplemento de qualquer uma das cláusulas deste Termo desonerará a outra de suas obrigações.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Este termo poderá ser rescindido, em caso de superveniência de disposição legal que o torne material ou formalmente impraticável, e também poderá ser denunciado a qualquer tempo, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O prazo para realização da execução do empreendimento será de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Para dirimir as questões decorrentes deste Termo Aditivo, as partes elegem o Foro de Curitiba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por assim se acharem justos e contratados, determinaram a lavratura do presente **TERMO ADITIVO**, que passará a integrar o contrato primitivo e vai assinado pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, 21 de de novembro de 1995

  
**CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS**  
**DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR**

  
**SALVADOR CAETANO SILVA**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE**  
**IPORÃ**

  
**ROGERIO PINTO MUNIZ**  
**DIRETOR TÉCNICO DA SANEPAR**

**TESTEMUNHAS:** \_\_\_\_\_

/aam  
d.17.17